

**OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA DO
TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI EM MEIO AO ADOECIMENTO E
DESCARTE DE TRABALHADORES NO AGROHIDRONEGÓCIO
CANAVIEIRO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE
PRUDENTE (SP)¹**

**THE CHALLENGES FOR THE CONSTRUCTION OF A GEOGRAPHY OF
LABOR AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY IN THE MEANING
OF THE ADOPTION AND DISPOSAL OF WORKERS IN THE SUGARCANE
HYDROAGRICULTURAL IN THE ADMINISTRATIVE REGION OF
PRESIDENTE PRUDENTE(SP)**

**LOS DESAFÍOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UNA GEOGRAFÍA DEL
TRABAJO EN EL INICIO DEL SIGLO XXI EN MEDIO AL ADOECIMIENTO
Y DESCARTE DE TRABAJADORES EN EL AGROHIDRONEGOCIO
CANAVIEIRO EN LA REGIÓN ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE
PRUDENTE (SP)**

Fredi dos Santos Bento²

fredi.sousuke@gmail.com

Antonio Thomaz Junior³

thomazjr@gmail.com

Resumo

Nesta segunda década do século XXI, amplia-se a ofensiva do capital sobre o trabalho em monta jamais vista, o que nos instiga a qualificar quais os desafios e saídas para uma ruptura com o metabolismo societário do capital, tendo em consideração que as alternativas propostas que não se pautem na irrupção deste modelo destrutivo, acabam por legitimar as graves contradições que marcam o modelo societário vigente. Dessa forma, tensionamos qual o papel da Geografia em ler e apreender tal fenômeno, bem como, quais respostas a ciência geográfica pode oferecer dada a emergência de uma ruptura com o atual estado de coisas existente. Nesse sentido, quais são os limites, desafios e possibilidades para pensarmos o trabalho neste início do século XXI?

Palavras-chave: Metabolismo societário do capital; trabalho; Geografia do Trabalho; século XXI; Agrohidronegócio canavieiro.

Abstract

¹ O texto em consecução trata-se de um esboço dos esclarecimentos apreendidos durante a disciplina de Geografia do Trabalho, apresentando portanto, a discussão trazida pelo professor Antonio Thomaz Junior ao longo das quatro unidades trabalhadas, bem como por nossa pesquisa no projeto desenvolvido com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em nível de Mestrado (MS), sob o processo:2016/03984-0, intitulado: Migração do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), sob orientação do Professor Doutor Antonio Thomaz Junior. Também é produto dos resultados oriundos do Projeto Temático/FAPESP "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental" Processo FAPESP: 13/20781-7.

² Professor Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP.É também membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

³ Professor Doutor e Livre Docente pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente, sendo também pesquisador PQ-CNPQ.

In this second decade of the twenty-first century, the offensive of capital over work in a never-before-seen way is amplified, which instigates us to qualify the challenges and opportunities for a rupture with the corporate capital metabolism, taking into account that the proposed alternatives which are not based on the irruption of this destructive model, end up legitimizing the serious contradictions that mark the current corporate model. In this way, we stress the role of geography in reading and apprehending such phenomena, as well as, what answers geographic science can offer given the emergence of a rupture with the current state of things. In this sense, what are the limits, challenges and possibilities for thinking about work at the beginning of the 21st century?

Keywords: Societal capital metabolism; Labor; Geography of Labor; XXI century; Sugarcane Hydroagricultural.

Resumen

En esta segunda década del siglo XXI se amplía la ofensiva del capital sobre el trabajo en monta jamás visto, lo que nos instiga a calificar los desafíos y salidas para una ruptura con el metabolismo societario del capital, teniendo en cuenta que las alternativas propuestas que no se basan en la irrupción de este modelo destructivo, acaban por legitimar las graves contradicciones que marcan el modelo societario vigente. De esa forma, tensamos cuál es el papel de la Geografía en leer y aprehender tal fenómeno, así como, qué respuestas la ciencia geográfica puede ofrecer dada la emergencia de una ruptura con el actual estado de cosas existente. En ese sentido, ¿cuáles son los límites, desafíos y posibilidades para pensar el trabajo en este inicio del siglo XXI?

Palabras-clave: Metabolismo societario del capital; trabajo; Geografía del Trabajo; siglo XXI; Agrohidronegocio cañero.

Introdução

Em tempos de ameaças e de golpe sobre a democracia representativa como temos assistido no Brasil nos últimos meses, tem-se ficado cada vez mais claro que o modelo de sociedade em voga e que estamos imersos, o do metabolismo do capital, nunca foi e nunca será capaz de dar respaldo a uma vida cheia de sentidos, muito menos de transpor para os seres sociais que vivem do trabalho, a *ominilateralidade* humana.

Mészáros (2014) propõe que uma mudança radical nas determinações estruturais da produção é essencial, dado que o metabolismo societário do capital dá sinais de que os desdobramentos perversos de sua lógica incontrolável tenderão a se agravar, e quem sofrerá diretamente os impactos dos mesmos são os trabalhadores e trabalhadoras que diariamente vendem sua força de trabalho, diante das mais diversas formas de controle via capital, legitimado pelo Estado, a exemplo dos impactos ocasionados pelas políticas de austeridade, a ofensiva neoliberal, o advento da reestruturação produtiva do capital e da produção flexível.

O metabolismo societário do capital e seu fetichismo desumanizante nos imprimem a necessidade de pensarmos os limites, desafios e possibilidades de irrompermos com o que está posto pelo viés da emancipação do trabalho, tendo em conta o fato de serem os homens

e as mulheres que vendem sua força de trabalho todos os dias, aqueles que têm diante de si a possibilidade de realizar o enfrentamento e a luta diante do jugo do capital⁴.

Dessa maneira, o capital é ao mesmo tempo exploração e civilização, margeado pela barbárie social causada pelo *desenvolvimento destrutivo de suas forças produtivas* que trazem uma série de rebatimentos para a classe trabalhadora, tendo em consideração a ânsia do capital por acumulação que se reflete nas mais diversas ofensivas contra o trabalho, num processo que Mészáros (2014) qualifica enquanto produção destrutiva da civilização humana, e que nos permite por em questão a mudança radical de perspectivas diante de um sistema cada vez mais fetichizado.

Em consideração a esses postulados é que enxergamos o potencial da Geografia em oferecer um debate profícuo no que diz respeito às contradições, tensionamentos e conflitos que perpassam a sociedade que vive do trabalho, dado que é através desta ciência que podemos apreender as marcas históricas e seus desdobramentos para os sujeitos sociais que laboram diariamente. Então, ao tratarmos dos desafios para a construção de uma Geografia do Trabalho, não podemos perder de vista o imprescindível debate em respeito à emancipação da sociedade de um modelo fadado a implodir que é o do metabolismo societário do capital.

Nesta perspectiva, trazemos para essa proposta à importância de se empreender uma leitura geográfica do trabalho, pautada pelos limites, desafios e possibilidades para refletirmos em respeito aos acontecimentos do início deste século, bem como seu papel central na emancipação do atual estado de coisas. Assim, é crucial que assumamos que é pelo viés da negatividade e positividade do trabalho, que podemos pensar a respeito das contradições que perpassam a humanidade imersa no sociometabolismo da barbárie, ou melhor, do capital.

Então, é preciso que nos direcionemos para os sinais dos tempos oferecidos pelo capital, dado estes expressarem o conteúdo de irracionalidade que perpassa o nosso tempo histórico, tomando em consideração também, a nova polissemia que caracteriza a classe trabalhadora, levando em consideração as marcas destrutivas geradas pelo capital (THOMAZ JUNIOR, 2011).

É sob a égide dessa discussão que a Geografia do Trabalho tem se inserindo neste início do século, dados os desafios que se colocam como nunca antes para a construção da mesma, tendo em vista a ampliação dos agravos para a saúde dos trabalhadores, processo saúde-doença, que discutiremos também neste texto, versando a Região Administrativa de

⁴ Ao tratarmos da classe trabalhadora estamos nos referenciado no debate realizado por Thomaz Junior (2006) em respeito à classe trabalhadora ampliada que compreende não apenas o proletariado, como também os camponeses, desempregados, indígenas, comunidades tradicionais, terceirizados, avulsos etc.

Presidente Prudente-SP, a ofensiva neoliberal e o pacote de austeridade que perpassam os países do Ocidente, bem como a ampliação dos ambientes refeitos pela reestruturação produtiva, do desemprego estrutural, da terceirização, produção flexível, relações semidegrantes e de trabalho escravo, feminização do trabalho, migrações do trabalho, etc., e que nos põem a propugnarmos qual a Geografia do Trabalho que estamos construindo efetivamente nesta segunda década do século XXI, e qual o papel da mesma na emergência de se refletir sobre um modelo alternativo ao que está posto.

LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA SE PENSAR O TRABALHO NESTE INÍCIO DO SÉCULO XXI

Ao trazermos para o debate essa discussão, demarcamos o profícuo exercício realizado ao longo da disciplina, que é o de pensar, pois se a realidade está em movimento, é necessário que pensemos em respeito ao movimento, como também que nossas reflexões, ideias, dúvidas, certezas e incertezas sejam fruto desse movimento, por isso a necessidade de pormos nosso pensar em movimento (LÉFÈBVRE, 1983).

Prado Júnior (1969, p.652) afirma que “o indivíduo pensante age em função de seu pensamento, e é para agir que ele pensa”. Dessa forma, a importância do pensar a realidade, não deve nos eximir do interesse de poder e, sobretudo querer, modificá-la, porém o ato de pensar não deve estar desatrelado da leitura de mundo que o ser social pensante se proponha a fazer, e que nesse debate resvala para a preocupação em respeito ao quadro de contradições que se apresentam para o trabalho⁵, nesse início do século XXI.

Ranieri (2011, p.25-26) ressalta que a atividade do pensar permite a negação do existente, pois o “pensamento transforma o que é dado em algo outro”, distinto do pensado *a priori*, sendo essa uma representação necessária na construção do saber científico a partir da leitura e apreensão da realidade por cada ser humano, cabendo nessa afirmação, às distintas visões de mundo materializadas para cada ser, e que por si só possibilitam diferentes leituras da realidade, bem como a ordenação do conhecimento.

Tal capacidade de ordenação do conhecimento, não deve deixar de considerar o fato de que o sujeito pensante absorve aspectos do real e os compreende, transformando uma realidade de múltiplas interpretações, de modo a tornar possível a compreensão desses aspectos por outros sujeitos, revelando assim, uma série de esclarecimentos produzidos a partir da reflexão que não deve estar desatrelada do método (RANIERI, 2011).

⁵ Nesse texto, estamos entendendo o trabalho enquanto condição de existência do homem, dado que o trabalho apresenta uma dupla transformação, pois o homem que trabalha é transformado por seu trabalho, bem como atua sobre a natureza e a transforma, relação que configura a interação dos homens com a natureza a partir do trabalho, sendo importante enfatizar que o trabalho permite a passagem do ser em si do homem para ser para si possibilitando a “transformação material da realidade material” (LUKÁCS, 2012, p.285-286).

Tal esclarecimento é imprescindível no momento histórico em que vivemos de avanço voraz do capital sobre o trabalho, manifestado nas estratégias de reprodução sociometabólica desse modelo, nos impelindo a perceber a atualidade dessas questões, com sentido a perfazermos a busca pela satisfação das reais necessidades humanas, que não aquelas ligadas ao capital e suas formas de dominação e controle social, e por isso, a importância de aclarar essas questões a partir da dialética, pois “as graves e globalmente intensificadas contradições de nossa ordem social não podem ser deixadas permanentemente sob o manto da mistificação ideológica e metodológica” (MÉSZÁROS, 2009, p.201; RANIERI, 2011).

Dessa maneira, ao pontuarmos os limites, desafios e possibilidades para pensarmos o trabalho neste início do século, é preciso que apontemos quais os sujeitos são capazes de mudar o atual estado de coisas, sem nos esquecermos de que é pelo trabalho enquanto mediação dada a sua capacidade de realização (criação) que nos apoiamos nesta empreitada. Todavia não estamos falando do trabalho abstrato, ou seja, do trabalho desprovido de sentido, em que vigora a sobreposição do mundo das coisas em relação aos valores especificamente humanos, e sim de um trabalho cheio de sentidos para os sujeitos que trabalham (THOMAZ JUNIOR, 2012; LOURENÇO, 2009).

Lukács (2012) assevera que são os sujeitos sociais objetivamente, a única esfera da realidade na qual a práxis tem papel primordial na manutenção e movimento das objetividades, e dessa maneira capaz de realizar o enfrentamento à estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal na qual todos nós estamos inseridos, sendo tal tarefa, mais que uma *possibilidade*, mas sim um *desafio* pela qual temos que nos colocar, diante das ofensivas cada vez mais agressivas do capital.

Entretanto, o “exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social, impactando, então, não somente as relações específicas à dimensão da atividade laborativa, mas todas as esferas do ser que trabalha”, e que nos permite considerar o conjunto de contradições a que estamos submetidos neste início do século, em que os *limites* do que seria o improvável, já foram transpassados, dados os graves e inconsequentes agravos para a sociedade como um todo, sendo uma das manifestações dessa configuração, a emergência e ampliação do desemprego estrutural e do trabalho precarizado, e que nos põe diante de um cenário de desrealização dos seres humanos enquanto seres em si e para si (THOMAZ JUNIOR, 2011 p.110; SCZIP, 2013).

Sczip (2013) deixa claro que os tempos em que vivemos não são mais àqueles da existência de um Estado de bem-estar social de herança fordista, e sim tempos em que até

mesmo a democracia representativa tal como está, já apresenta sinais cambaleantes de desgaste e incapacidade de reagir diante dos ataques cada vez mais destrutivos da ação e exercício do capital, sendo esse um dos desafios e também limites para pensarmos o trabalho neste início do século, pois ao mesmo tempo em que é para o Estado nas atuais circunstâncias em que se encontra um desafio refletir sobre as possibilidades de irromper com a estrutura vigente, é também um limite dado este legitimar o estado de coisas em voga.

Em contraposição a esse cenário, Mészáros (2014) adverte que tal como está, o Estado não é capaz de apresentar as soluções necessárias, tanto pela característica irreformável que permeia o metabolismo societário do capital, como pelo fato de que as reformas realizadas no âmbito do Estado também não tem sido capazes de dar sentidos que nos possibilitem irromper com a lógica vigente, sendo na realidade um dos principais agravadores das contradições que perpassam o tempo histórico que vivenciamos, pois como destaca Bihl (1998) o Estado garante através de um arcabouço composto por formas e aparelhos, a manutenção (continuidade) do processo de reprodução do capital e sua ânsia por apropriar-se da *práxis social*, gerando assim uma sociabilidade do capital.

Thomaz Junior (2009) chama a atenção para o limite lógico, estratégico e histórico do capital, que rebate diretamente nas contradições que perpassam o mesmo, tendo em vista sua sustentação se dar sob a exploração do trabalho não pago, ao mesmo tempo em que como contradição viva, tenta substituir o trabalho vivo por trabalho morto, numa clara atitude que põe em risco sua própria existência enquanto metabolismo societário. Entretanto, se quisermos pensar os desafios que se colocam para o trabalho neste início do século, é importante considerarmos que a substituição do trabalho vivo tem o poder de amplificar a crise social, exemplificada no desemprego e dessocialização dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a captura da subjetividade dos mesmos, expondo “os estreitos limites da perda do trabalho como elemento necessário de todo o processo de acumulação” p.95.

Em respeito à captura da subjetividade, Lourenço (2009) destaca que a mesma se faz através da subordinação consentida dos trabalhadores expressando a subsunção do trabalho ao capital, sendo essa uma das principais características que acompanham os atuais desdobramentos para o trabalho no que tange as mudanças no tecido social, transformando a maioria dos homens e mulheres em “simples executantes de práticas cujos pormenores tornam-se obscuros ou opacos para sua consciência” como acentua Bihl (1998, p.148).

Para tanto, outro desafio que se coloca para pensarmos o trabalho neste início do século, leva em consideração a emergência de entendermos que a luta contra o metabolismo

societário em voga, deve ser dada dentro e fora do trabalho, na iminência de assim restaurarmos as condições reais e concretas de existência e não enxergamos de maneira distinta a resistência ao modelo posto, dado que atitudes conciliatórias e letárgicas tem demonstrado historicamente não alcançar os resultados esperados, pelo oposto, fortalecem cada vez mais a ofensiva do capital (BIHR, 1998).

Thomaz Junior (1998) pontua que capital e trabalho estão enraizados em esferas distintas do processo social de produção, em que o capital hegemoniza e detém o controle do processo, na contramão o trabalho insere-se como subserviente no mesmo processo contraditório e isso se expressa ao pormos em questão o trabalho alienado e desprovido de sentidos, em que os trabalhadores e trabalhadoras se tornam “mais pobres quanto mais riqueza produzem... o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” como assevera Marx (2003, p.457), ao mesmo tempo em que desaparece para dar lugar a um aborto em seu lugar, partícipe do antagonismo estrutural entre capital e trabalho.

Desse modo, ao nos referenciar pelo antagonismo que marca a relação capital x trabalho, fica evidente que um dos grandes desafios e limites para os trabalhadores e trabalhadoras neste início do século XXI estão na própria tomada do controle do processo de reprodução social e que nos leva a por em debate uma das proposições de Mészáros (2007), em respeito à urgência de caminharmos para o que o autor postula enquanto *cultura da igualdade substantiva*, pois apenas neste cenário é que é possível o exercício da tomada de controle pelos sujeitos sociais do processo de reprodução social.

Ao tensionarmos novamente a inevitabilidade de se romper com o sistema vigente, não temos a intenção de sermos repetitivos, pelo oposto, isso se justifica pelo fato de identificarmos esta como a tese estrutural de nossa defesa dos desafios que compõem o pensar não apenas o trabalho, como a sociedade imersa no metabolismo societário do capital nesta segunda década do século, tendo em vista seu caráter “expansionista desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no *limite*, incontrolável... assumindo assim uma estruturação crítica profunda” (ANTUNES, 2000 p.27).

Thomaz Junior (2011) sinaliza que ao elegermos o metabolismo societário do capital nos permite apreender as conexões entre as fragmentações existentes no tecido social e seus impactos para a classe trabalhadora, principalmente em tempos de produção flexível, desemprego estrutural, terceirização, controle social do trabalho e captura da subjetividade dos mesmos como tratado anteriormente.

Dejours (1988) e Barreto; Heloani (2013) nos facultam a importância de ao tratarmos as fragmentações existentes no tecido social, nos atentarmos para a exemplificação destes desdobramentos para a classe trabalhadora, sendo um deles associado às relações travadas no ambiente de trabalho, marcado pela competição, adoecimento, e os “múltiplos medos”, medo de adoecer, de perder o emprego, e que resvala para outro ponto importante ao ponderamos os desafios para se pensar o trabalho neste século, que diz respeito justamente à condição do não trabalho, que estamos entendendo aqui enquanto situação de desemprego e seus impactos de grande monta para a própria existência desses sujeitos, dado que estar desempregado é sinônimo de inutilidade, solidão, despertando ainda o sentimento de culpa pelo fracasso de vivenciar tal condição.

Thomaz Junior (2002) nos impele a refletirmos sobre outros desdobramentos que se apresentam neste raiar do século, no que tange as instâncias de representação dos trabalhadores e trabalhadoras e o impacto causado pelo fracionamento do trabalho em categorias, bem como o papel do Estado enquanto mediador-regulador deste conflito que tem se intensificado nas últimas décadas com o advento da crise estrutural pela qual passa o metabolismo societário vigente, e que referenciam o que postulamos enquanto *limites* para pensarmos o trabalho no início do século XXI, haja vista que ao tensionarmos os desafios para tal empreitada exigem-nos que assumamos o trabalho enquanto primeiro plano para compreendermos as travagens que dão o tom das relações desenvolvidas sob o crivo do processo social de produção.

Dessa forma, ao assumirmos a necessidade de pensar o trabalho nesta segunda década do século, enquanto possibilidade de dar respaldo as graves contradições que assolam a humanidade, nos firma o comprometimento em enxergar o trabalho enquanto ponto central na apreensão do atual estado de coisas porque passam os homens e mulheres, sendo justamente o fato de elegermos o trabalho enquanto central nesta empreitada, o maior desafio pela qual temos que lidar, dada a submissão do mesmo para com seu par dialético, o capital, e nos imprime o desafio de rompermos com essa mediação perversa.

Ao tatearmos tais reflexões não podemos perder de vista que mais que um papel central, é assumindo o trabalho enquanto centralidade que consideramos possível não apenas realizar o enfrentamento ao estado de coisas vigente, como também superar os limites que nos impedem de enxergar nos trabalhadores e trabalhadoras, os sujeitos históricos capazes de tomarem o curso do processo societário de reprodução e construir coletivamente e concretamente uma alternativa oposta a que está posta, baseada nas mediações de primeira

ordem, na igualdade substantiva, rompendo inclusive com o Estado tal como ele está, dada a falência da democracia representativa como estamos assistindo no Brasil nos últimos meses.

Esse desafio só pode ser realizado se enxergarmos na negatividade e positividade do trabalho, enquanto forma de apreendermos os sinais e marcas históricas que se apresentam neste século XXI para pensarmos o trabalho emancipado do capital, rompendo assim o antagonismo estrutural que caracteriza essa relação estranhada, sob o pressuposto de enxergarmos e lermos no trabalho a possibilidade de uma vida cheia de sentidos, não deixando assim o trabalho de lado enquanto categoria para apreensão do fenômeno em apressado como alguns teóricos tem feito nas últimas décadas.

CENTRALIDADE DO TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA DIANTE A(S) OFENSIVA(S) DO CAPITAL

O que debatemos neste texto até o presente momento, nos estimula a refletirmos em respeito aos desafios que tem marcado a classe trabalhadora em sua vocação por excelência enquanto capaz de fazer a oposição e construir algo diferente do que está posto, mesmo diante das mais diversas dificuldades porque passa o que qualificamos enquanto sociometabolismo do trabalho, dado o ambiente marcado pela reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas e que sinalizam desdobramentos de grande monta para pensarmos em respeito às possibilidades de uma ofensiva do trabalho sobre o capital.

Alves (2000) e Rigotto (2013) assinalam que a reestruturação produtiva é uma expressão do avanço do capital mundializado sobre as mais diversas instâncias, a citar o campo, a cidade, o ambiente, ampliando os conflitos sociais e ambientais, sob a emergência da acumulação flexível, diante da utilização de novas estratégias organizacionais, sob o argumento escuso de que as regressões nas conquistas trabalhistas de herança fordista são benéficas, pois gerariam mais empregos, omitindo o fato de o mesmo ser meio de subsistência desses trabalhadores e trabalhadoras.

Em contrapartida, os trabalhadores se alienam no produto de sua atividade, ao mesmo tempo em que estão alienados de seus semelhantes e este é um reflexo não só das novas estratégias organizacionais como também das ofensivas promovidas diante de um cenário marcado pela reestruturação produtiva do capital, que impede que os homens se percebam enquanto seres genéricos em si e para si, ou seja, como gênero vivo, ser universal e livre (MARX, 2003).

Em oposição a tal percepção, por conta da contraposição indissolúvel entre capital e trabalho, os homens se afastam do gênero, não havendo solidariedade e muito menos

identidade entre os mesmos, dado estarem subsumidos ao trabalho estranhado, resultado do estranhamento de si mesmo dos homens, qualificando a negatividade do trabalho, sendo este externo ao trabalhador, negando-se nele, sendo exemplo claro desta relação o surgimento cada vez mais frequente das doenças relacionadas às exigências mentais ou psíquicas do trabalho (RANIERI, 2001; DEJOURS, 1988).

Essas sinalizações nos permitem tensionarmos à centralidade da categoria trabalho neste início do século, “dado seu significado político, ontológico, econômico...exigindo que apreendamos as diferentes identidades territoriais do ser que trabalha” em tempos de ampliação da precarização, superexploração, degradação, desqualificação e fragmentação do trabalho, blindando sua capacidade de irromper ao que está posto (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.08).

Thomaz Junior (2006) ao qualificar a dialética que se assume na negatividade e positividade do trabalho, assevera que a potência emancipadora do trabalho relaciona-se ao seu potencial em contrapor a sociedade do capital que não deve perder de vista o caráter transformador dos sujeitos sociais, e que nos permite enfatizarmos a centralidade do trabalho na urgência da construção de um metabolismo societário distinto daquele que está em voga.

Porém, conforme ganha destaque o trabalho alienado, ampliam-se a exploração e subordinação dos trabalhadores e trabalhadoras, irrompendo com as condições para que se dê a emancipação do trabalho da (s) ofensiva (s) do capital, bem como para com a irrealização da vida cheia de sentidos, conformando assim um quadro de destrutividade, expressão da crise estrutural do capital e que tem com um de seus rebatimentos, a criação de uma “sociedade do descartável”, levando em consideração a exploração predatória dos recursos naturais e da classe trabalhadora (ANTUNES, 2000).

Ranieri (2001) ao tratar da contraposição entre capital e trabalho afirma que o capital é sinônimo de trabalho acumulado e estranhado, onde os homens para sobreviverem, tem que se igualar a qualquer outra mercadoria produzida por sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que tem a possibilidade de superar essas contradições, levando em consideração que a emancipação humana não pode se realizar sem a necessária “consciência da superação da diferença nuclear entre capital e trabalho”p.48.

Entretanto, o trabalho tem sido “ontologicamente prisioneiro da sociedade em todas as suas dimensões”, pois é a “base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual” apresentando as possibilidades para o desenvolvimento de uma vida cheia de sentidos, realizada através de uma transição radical da divisão do trabalho tal como está (THOMAZ JUNIOR, 2002, p.10; MÉSZÁROS, 2009).

Essas e outras possibilidades nunca antes se apresentaram tão urgentes, tendo em vista que o modelo socioreprodutivo em voga superou os limites do que parecia insuperável no que diz respeito a seu caráter incontrolável, perverso e devastador para a humanidade, sendo necessário não apenas assumirmos o trabalho enquanto categoria central de análise, bem como podermos representar e apreender as fragmentações no tecido social, além das marcas históricas e os conflitos que perpassam a sociedade imersa no metabolismo societário do capital.

Diante de tal urgência é que enxergamos na Geografia não apenas a possibilidade de se realizar uma leitura da configuração exposta, como também podermos dar passos na construção de uma alternativa verdadeiramente concreta no que diz respeito à deposição e substituição do metabolismo socioreprodutivo em vigor, mais que isso um dos desafios que nos lançamos ao escrevermos esse texto diz respeito justamente à construção de uma Geografia do Trabalho neste início do século, que neste momento traduzimos enquanto as dificuldades de se empreender uma leitura geográfica do trabalho, haja vista todo o conteúdo destrutivo do processo de reprodução capitalista, bem como a imprescindibilidade de lermos o trabalho enquanto mediação central e capaz de promover a emancipação humana.

POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Neste início do século XXI, tem se ampliado as discussões em respeito à construção de uma Geografia que verse o trabalho, tendo em vista o avanço cada vez mais voraz do capital sobre o trabalho, expressando no território o conteúdo historicamente determinado de formas de dominação sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

Desse modo, chamamos a atenção para a necessidade primordial da construção de uma Geografia que coteje o trabalho, devendo se destacar que não é nossa pretensão sistematizar uma Geografia do Trabalho, sendo nosso real objetivo o de sinalizar para as diferentes leituras que podem ser empreendidas na materialização da mesma.

Thomaz Junior (1998; 2002) assinala que o controle social pelo capital e do Estado sobre o trabalho nos exigem a realização de uma interlocução com a ciência geográfica, tendo em vista as dificuldades de se realizar entendimentos em respeito à plasticidade rompida entre as diferentes formas de externalização do trabalho. Ademais, ao mesmo tempo é preciso que consideremos o processo de gestão do capital no território, dado este realizar uma autogestão territorial, diferente da configuração existente, por exemplo, para as instâncias de representação dos trabalhadores e trabalhadoras, como no caso dos sindicatos.

Tal consideração é importante, tendo em vista que a “territorialidade do trabalho (alienado) enquanto identidade coletiva tem no sindicato (corporativo) sua representação formal”, ao mesmo tempo em que nesta relação é preciso deixar claro que capital e trabalho se veem e se leem de forma antagônica no que diz respeito à atuação no território, que por si só qualifica um *território em disputa*.

Ao estabelecermos a importância de realizarmos uma leitura geográfica e territorial do trabalho, temos em conta a oportunidade de assim podermos fazer a autocrítica enquanto forma de nos sintonizarmos diante dos desafios que emergem para compreensão do trabalho neste início de século, ao mesmo tempo em que podemos reavaliar os significados, marcas históricas, sentidos do trabalho, sob a esperança de saltarmos para a compreensão da totalidade do mesmo (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Thomaz Junior (2002, p.03) destaca que a leitura geográfica do trabalho deve considerar a compreensão da Geografia enquanto razão ontológica do ser trabalho, rompendo com uma perspectiva de leitura do trabalho (des) sintonizada da sociedade, estando “(des) situado geograficamente...alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento diante das amarras sociais que lhe impendem viver a integridade da existência social”

Essa leitura não deve perder de vista as mudanças de grande monta que estão ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas, seja nas funções laborais, ambientes de trabalho, bem como as mais diferentes formas contratuais e formas de trabalho, além da ampliação da superexploração, precarização, degradação, subsunção, sujeição e controle do trabalho pelo capital, em que os trabalhadores e trabalhadoras acabam por encarnar a condição de “joguete do capital”, totalmente adversos quanto às perspectivas não apenas de luta, como também de seus direitos. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.77)

As mudanças que tem sido colocadas para o mundo do trabalho, permitem-nos falar em uma nova materialidade do trabalho, marcada por seu caráter regressivo no que tange os direitos conquistados, bem como por sua perversidade no que diz respeito à ampliação do número de desempregados e desqualificados diante das mudanças no processo de trabalho, levando em consideração o avanço da tecnologia, da automação, das novas formas de gerenciamento, mas que também rebatem em sua identidade cultural e de gênero, nas instâncias de organização do trabalho, além de ofuscar a resistência dos camponeses, comunidades tradicionais, desempregados e subempregados, bem como no processo de

adoecimento⁶ porque passam os trabalhadores e trabalhadoras (ALVES, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2006; 2011; BARRETO; HELOANI, 2013).

As doenças do trabalho são uma das consequências dos tempos sombrios vivenciados pela classe trabalhadora, não devendo se deixar de levar em consideração também a ampliação da jornada de trabalho, a diminuição da remuneração, a ampliação dos conflitos pela terra e na terra, a depredação dos bens naturais, a ampliação da terceirização e até mesmo quarteirização do trabalho, e o advento das migrações do trabalho para o capital como debatido por Bento; Thomaz Junior (2015), bem como da utilização de mão de obra escrava nos mais diversos setores no país.

Nesse sentido, é necessário que possamos refletir em respeito as doenças do trabalho, bem como ao adoecimento e descarte de trabalhadores em meio ao avanço do agrohidronegócio⁷ canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, tendo em consideração o grau de perversidade que contrasta a situação vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras nesta região neste início do século XXI e que é exemplo máximo das discussões realizadas até o presente momento neste texto.

⁶ Ao tratarmos do processo de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, estamos nos balizando nos apontamentos realizados por Rigotto (2003, p.390) ao definir o processo saúde-doença enquanto sendo determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação esta que se realiza por meio do processo de trabalho.

⁷ Por agrohidronegócio estamos chamando a atenção para o Polígono do Agrohidronegócio que contempla diversas formas de expressão do agronegócio (soja, milho, eucalipto) e está assentado sobre a Bacia do Paraná num território que compreende o Oeste de São Paulo, o Leste do Mato Grosso do Sul, Norte-Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás, em que despontam a maior área com plantação de cana-de-açúcar do Brasil, possuindo também a maior concentração de plantas agroprocessadoras e de produção de álcool e açúcar do país, tendo em vista a sobreposição do aquífero Serra Geral sobre o aquífero Guarani, sendo este o terceiro maior do mundo com aproximadamente 46.000 km³ de água e área de abrangência de 1,2 milhão de km², dos quais 840.000km² no Brasil. O Polígono do Agrohidronegócio se destaca pela garantia de acesso a terra e a água e nesse intuito é que Thomaz Junior (2009;2010) enfatiza que o agronegócio não pode ser apenas relacionado à monopolização das terras, como também pelo acesso ao controle da água, bem como das demais cadeias produtivas, comercialização, sendo parte de um processo em que as frações do território em disputa têm expressado uma nova Geografia da cana no espaço agrário, consolidando o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, com melhor disponibilização dos recursos hídricos. No contexto da ciência geográfica merecem destaque em respeito à discussão sobre o agrohidronegócio, pesquisas que utilizam termos como hidrotérios, em que há a inter-relação entre o controle do território e da água como os realizados por Torres (2007), e também a discussão feita por Mendonça; Mesquita (2007) enfatizando os agro-hidro-negócios e as (re) existências no Cerrado, bem como também é importante destacar os estudos realizados por Hespagnol (2008) em “Um novo paradigma para a gestão dos recursos hídricos”.

ADOCIMENTO E DESCARTE DE TRABALHADORES EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA⁸ NOS CANAVIAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Ao tensionarmos o adoecimento e descarte de trabalhadores na Região Administrativa de Presidente, é importante que consideremos o processo de trabalho e as relações sociais estabelecidas, pois de acordo com Lourenço (2012, p.36), há uma “sinergia entre as relações sociais e processos de trabalho com os agravos à saúde⁹ dos trabalhadores”.

E que para o agrohidronegócio canavieiro nos impelem a pensarmos em respeito as condições de trabalho colocadas para a colheita manual e mecanizada do corte da cana-de-açúcar, dado que a vida útil de um cortador de cana esteja em torno dos doze anos, sendo assim, menor que a de um escravo como assevera Thomaz Junior (2007).

Menezes; Silva; Cover (2011) destacam que o trabalhador da cana pode ser equiparado a um corredor fundista, ao mesmo tempo em que Alves (2006) aponta que o cortador de cana despende 66.666 golpes de facão, percorre 8.800 metros para cortar 12 toneladas de cana, dado que em média cada monte de cana tenha quinze quilos que precisam ser levados em uma distância que varia entre 1,5 e 3 metros, realizando assim o trabalhador, algo em torno de 36.630 flexões e entorses torácicos para cortar a cana.

Esses dados são importantes, tendo em vista que confirmam a penosidade do trabalho despendido nos canaviais, ao mesmo tempo em que, ao adoecerem esses trabalhadores e trabalhadoras encontram uma série de impedimentos seja para se alocarem em outras funções, seja para continuarem a vender sua força de trabalho, pois como temos constatado na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), esses trabalhadores são verdadeiramente descartados sob o prisma da invisibilidade que inicia dentro dos canaviais e continua ao terem negados a vinculação de seu processo de adoecimento ao trabalho despendido no setor.

Outro ponto que é pedra de toque nesta questão diz respeito ao próprio receio (medo) dos trabalhadores em adoecer, pois adoecer significa parar de trabalhar e parar de

⁸ Por transição tecnológica estamos entendendo a expressão da reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro neste início do século XXI, tendo em vista a passagem do corte e plantio manual para o mecanizado nos canaviais brasileiros, bem como estamos chamando a atenção para uma série de mudanças no que tange as relações de trabalho e qualificação de trabalhadores dentro e fora dos canaviais (BENTO, 2015; 2017).

⁹ Em respeito aos agravos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, o Ministério da Saúde ressalta que os agravos relacionados a trabalho de notificação compulsória que constam na Portaria n 777/04 são: acidentes de trabalho fatais, com mutilações, com exposição a materiais biológicos, com crianças e adolescentes, além dos casos de dermatoses ocupacionais, intoxicações por substâncias químicas (incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados), lesões por esforços repetitivos (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort), pneumoconioses, perda auditiva induzida por ruído (Pair) e câncer relacionado ao trabalho.

trabalhar por si só significa deixar de aferir a renda necessária para a manutenção da família, ou no caso dos trabalhadores migrantes temporários, significa o rompimento com sua estratégia de permanência na terra, dado que muitos dos trabalhadores migrantes que percorrem os corredores migratórios do país, sejam provenientes de povoados, vilarejos na área rural.

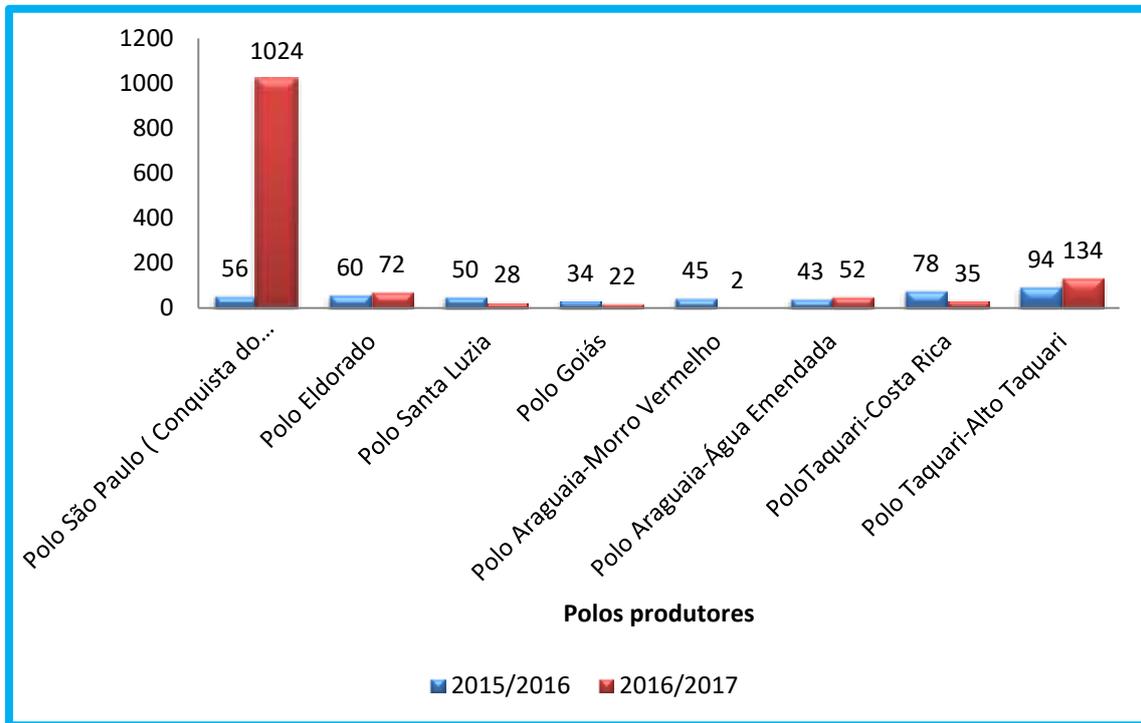
Nessa perspectiva, Lourenço (2012) chama a atenção não apenas para periculosidade da lavra desempenhada por esses trabalhadores e trabalhadoras como também as relações sociais travadas, tendo em vista a submissão dos trabalhadores a uma ampla gama de restrições de liberdade e autonomia que é invisibilizado.

Pignati (2013) enfatiza que o processo de trabalho no metabolismo societário do capital se apresenta enquanto consumo da mercadoria força de trabalho adquirida, dado que para o trabalhador, seu trabalho seja apenas uma maneira de se manterem vivos, ocorrendo assim uma inversão em que o trabalho ao invés de atividade primaz dos seres sociais, tornou-se na realidade um meio de subsistência e isso se exemplifica quando pensamos o emprego da força de trabalho na agroindústria canavieira, tendo em conta que os trabalhadores são submetidos a uma jornada de trabalho que além de produzir acidentes, traduz-se num processo de adoecimento constante que se inicia desde o primeiro dia de trabalho nos canaviais e/ou na planta industrial.

Tal realidade não está distante da Região Administrativa de Presidente Prudente, dado o que pudemos aferir seja através do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, iniciativa criada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois quando observamos os setores econômicos com maior número de afastamentos entre 2012 e 2016, bem como as comunicações de acidente de trabalho, as lesões mais frequentes e os setores econômicos com maior número de acidentes de trabalho, pudemos perceber que as atividades relacionadas ao agrohidronegócio canavieiro despontam na região.

Em contrapartida, além de subnotificados, esses dados também são omitidos pelos grupos usineiros, dada a gravidade de seu conteúdo, a exemplo da taxa de acidentes graves ocorridos durante a safra 2017/2018 na Odebrecht Agroindustrial Polo São Paulo, que apenas comparecem em seu relatório de safra, por conta do recente acordo e adesão aos dez princípios do Global Compact (Gráfico 01).

Gráfico 01-Taxa de gravidade dos acidentes ocorridos durante a safra 2016/2017 na Odebrecht Agroindustrial



Fonte: Relatório Anual Odebrecht Agroindustrial. Organização: Autor (2018).

Em respeito a gravidade dos acidentes ocorridos, chama a atenção o Polo São Paulo (composto atualmente apenas pela Usina Conquista do Pontal) em Mirante do Paranapanema-SP, tendo em consideração que a taxa de gravidade dos acidentes ocorridos no polo, saltando aos olhos quando comparamos com a ocorrência em outros polos agroindustriais da empresa.

Essas informações rebatem no que estamos apreendendo na região a partir das conversas, relatos e entrevistas para com os trabalhadores, tendo em vista o expediente regressivo e precarizante que acompanha o desenvolvimento da agroindústria canavieira na região, ao passo que, Rigotto (2003, p.395) afirma que “o acidente de trabalho tem caráter de um evento agudo, que causa lesão corporal ou perturbação funcional, como seria o caso de uma amputação de dedos ou de uma intoxicação aguda por agrotóxico”, ao mesmo tempo em que novas tecnologias e relações de trabalho como as que caracterizam a transição técnico-ocupacional introduzem novos riscos ergonômicos, psíquicos etc.

A necessidade de emprendermos tal análise se verifica pelo estabelecimento de relações entre as incomodações ocupacionais que acometem os trabalhadores e trabalhadoras em meio ao processo de transição técnico-ocupacional do corte manual para o mecanizado,

e que nos permite pensarmos em respeito ao descarte de trabalhadores, dado que o processo saúde-doença vivenciado pelos mesmos está intimamente relacionado a precarização e superexploração do trabalho que acompanha a reestruturação pelo qual o setor tem passado nos últimos anos, com destaque para a realidade vivenciada na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Isso se clarifica quando pensamos o relato de Helena, 55 anos, ex-cortadora de cana, vítima da perversidade do discurso em torno da tecnificação do trabalho, que mais que descarta-os, transforma-os em seres que nem mesmo se reconhecem mais como tais, ou seja, enquanto trabalhadores, dado que essa trabalhadora após um acidente de trabalho, envolvendo um de seus joelhos, foi vítima de *bullying*, sendo estigmatizada enquanto não sendo capaz de realizar a função que lhe cabia, que era no corte manual da cana.

O relato chama atenção pelo fato de que evidencia toda a contradição presente no discurso do agrohidronegócio canavieiro de desenvolvimento local e regional, bem como da geração de emprego e renda e da qualidade de vida, pois o que ocorre de fato é o adoecimento progressivo desses trabalhadores e trabalhadoras que ao adentrarem no setor entram num ciclo sem fim que se inicia com a contratação ainda na juventude, geralmente aos 18 anos e que termina em seu descarte a partir dos 35 anos, ou seja, jovem demais para aposentar-se e velho demais para continuar empregando-se no setor, ou ainda pior, incapaz de continuar, dado que a degradação do trabalho é tão gritante, que há registros de trabalhadores que nem mesmo conseguem realizar atividades simples como varrer sua própria casa.

Outro ponto que chama a atenção é que após o registro (sintoma) ou acidente de trabalho os trabalhadores não titubeiam em continuar sua lavra diária, dado uma série de contradições que envolvem desde o pagamento por produção, até mesmo os estigmas e preconceitos, dado que para o homem a doença está intimamente relacionada a ‘vergonha de parar de trabalhar’, como colocado por Dejours (1988) ao analisar o par doença-trabalho.

P¹⁰: E na sua opinião, o que leva a ocorrer esses acidentes, cortando cana, no trabalho?

E: É que a gente quer cortar bastante, pra ganhar um pouco mais né...não se cuida direito... se a gente se cuidasse um pouco direito, não haveria acidente...mas a gente quer cortar rápido para ganhar mais, porque quanto mais você corta mais você ganha...você ganha por metragem, e você não repara nada...você mete a cara, o facão...pra gente se cortar é acidente mesmo...porque eu jamais vou pegar um facão e vou me cortar...(INFORMAÇÃO VERBAL, 14/04/2016).¹¹

¹⁰ As entrevistas realizadas e depois transcritas utilizam as siglas P=pesquisador e E=entrevistado.

¹¹ Em respeito às informações verbais, é importante qualificarmos que elas provem ou de caderno de campo (anotações), ou de conversas gravadas (quando há a autorização do trabalhador/trabalhadora) para que a mesma seja gravada. Optamos pela preservação total do nome dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, de modo que, os nomes citados neste texto tratam-se de pseudônimos.

O mesmo autor ressalta que o trabalho criativo do homem desapareceu e em seu lugar manifesta-se um aborto, ou seja, um homem instrumento, realçando também o caráter individual que marca o trabalho neste início do século XXI, como se evidencia no trecho a seguir.

P: A senhora tem algum problema de saúde?

E: Tenho...tenho depressão né...forte! E...é...machuquei o joelho né, aí tenho artrose nos dois joelhos e tenho um cisto no joelho aqui (aponta o joelho direito).

P: Tem um cisto no joelho e artrose?

E: Isso nos dois...

P: O que a senhora acha que levou a isso?

E: Foi eu que caí...

P: A senhora caiu?

E: É eu caí, no começo lá, começamos...que nós começamos trabalhar lá, tinha muita cobra...cobra demais, e tinha muito buraco de tatu, aí eu estava cortando cana em cima de uma curva de nível, aí tinha um buraco de tatu que entrava aqui e saía lá...e eu ficava ali, e aí cortando a cana eu pisei e machuquei o joelho.

P: Machucou o joelho?

E: Machuquei um só.

E: Esse aqui...

P: A senhora foi ao médico?

E: Não...socorro veio rápido, o pé também começou a doer, aí eu pedi pro enfermeiro...tem um enfermeiro que vive no meio da roça...aí eu pedi pra ele tudo, aí ele falou assim...ah não...toma um Sedalex e vai trabalhar, aí veio um fiscal e me deu outro eito de cana e falou assim: dá seus pulos! E começou a doer, e eu continuei trabalhando, semanas e semanas, volta e meia reclamando, e isso aí foi a bursite da usina, eles não me prestaram socorro, por isso que eu fiquei...e depois eu fui no médico daqui..., e ele falou que essa perna aqui: esquerda, ia coisar...porque eu comecei a forçar e começou a doer, aí essa aqui entortou, aí deu o cisto, passou...tem um nervo, esqueci como que chama, o tendão, é só isso aí...eu sofro muito por causa disso aí. (INFORMAÇÃO VERBAL, 14/04/2016)

A narrativa de Helena expressa o que Dejours (1988) pontua em respeito ao fato de os trabalhadores não se reconhecerem enquanto classe, dado que fale mais alto o caráter individual de seu trabalho, não se importando então, com as dores do outro, aliás reconhecê-las poderia ser visto para eles como um sinal de fraqueza.

Ademais, o que temos acompanhado na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), nos permite estabelecer que o descarte de trabalhadores não é apenas real,

como manifesta-se sobre uma série de questões como a própria culpabilização dos mesmos diante desta situação, além de que não apenas o corte manual é retrato e sinal de trabalho em condições degradantes, pois a utilização das colhedeiças não significam a humanização do trabalho para aqueles que a utilizam, dadas as incomodações, bem como o adoecimento relacionado ao setor motomecanizado (tratoristas, operadoras e motoristas), tendo em consideração não apenas as dificuldades operativas, como também o estresse gerado para com o cumprimento das metas etc., como assevera Alair, 42 anos, operador de colhedeira.

P: O trabalho na cana de açúcar ao longo dos anos, trouxe algum problema para a sua saúde?

E:É...doí o pescoço, dói a coluna, não sei se é porque ficamos muito tempos sentados, então é assim né...ficar parado assim, afastado, fiquei uma semana, fiz fisioterapia...sete dias também, tem momentos que você tá lá com o pessoal e sempre dói assim, e a máquina é muito dura, aquela esteira, e ela vibra, vibra muito...por causa da água né (esteira) quando a água bate, ela é seca...o molejo... ela vibra, ela é muito dura... a cabine ela vibra assim. (INFORMAÇÃO VERBAL, 25/06/2017).

Nessa perspectiva, é importante que se compreenda que a passagem do corte manual para o mecanizado, não significa melhorias relativas nas condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, se para muitos a oportunidade de realizar um curso de qualificação profissional e trabalhar no setor mecanizado, dada a ideia de que o trabalho seja mais fácil, cai por terra, tendo em vista os agravos físicos e psíquicos que rondam o trabalho mecanizado, dada a rotina diferenciada de trabalho, os sons emitidos pela máquina, além das constantes trocas de turno.

Então, o que destoa nesse período de transição técnico-ocupacional do corte manual para o mecanizado da cana-de-açúcar e os discursos que o constroem, como o da empregabilidade, da qualificação profissional, na verdade ofuscam o descarte em massa de trabalhadores que tem ocorrido no setor e que tentamos evidenciar aqui seja através de dados referentes ao emprego e desemprego, seja através das incomodações ocupacionais e processos de adoecimento de trabalhadores como é o caso de Samanta, 56 anos, aposentada por invalidez.

P: O trabalho na cana de açúcar ao longo dos anos trouxe algum problema a sua saúde?

E: Eu sou inválida...

P: Como se deu isso?

E: Porque o serviço é muito pesado...

E: A própria usina me afastou e eu entrei com o advogado e aposentei...

P: Porque ela te afastou?

E: Porque a pressão é muito alta...

P: A pressão arterial ou pressão do serviço?

E: A pressão...subiu demais e a usina X é correta, eles me afastou do serviço...só que eu vim direto da usina...

Eles me afastaram e eu corri atrás, se eu não tivesse ido atrás, eles não fariam nada...(silêncio)

P: Como assim?

E: Eu sou aposentada...mas não deram baixa na minha carteira não...eles me mandam uma cesta de natal todo ano...

P: Talvez não seja pela idade?

E: Não...tem outras pessoas iguais a eu...

P: Que tipo de problema além da pressão você teve?

E: Eu...eu tenho bursite, tendão rompido do braço, três hérnias de disco e bico de papagaio e a pressão alta...

P: Isso influenciou na perícia?

E: É porque todo mundo que trabalha lá, causa algum problema...entra são e sai estourado...(INFORMAÇÃO VERBAL, 17/07/2017).

Assim o que temos presenciado na Região Administrativa de Presidente Prudente até o presente momento, nos permite pontuar um quadro de contradições que se acirram neste período de transição técnico-ocupacional nos canais da região. E é nesse interim, que ganha destaque uma das engrenagens que tem movido a fúria expansionista e ânsia por acumulação do capital agroindustrial canavieiro, que é a presença de trabalhadores migrantes para o corte manual da cana, que mesmo num período de ampliação da tecnificação, sua força de trabalho continua a ser explorada, em condições de extrema precariedade.

É em respeito a essa plêiade de consequências, que está o desafio de se construir uma Geografia do Trabalho neste início do século, dado que as amarras que prendem e submetem o trabalho ao capital devem ser transpostas, pois nunca foram tão graves as contradições que se materializam na manutenção do metabolismo societário do capital, sendo não apenas sumamente importante, como imprescindível que realizemos uma leitura geográfica e territorial do trabalho com fins a não apenas nos posicionarmos diante do atual estado de coisas, como também rumar para uma alternativa diferente daquela que nos é apresentada todos os dias, que é a do capital.

Considerações Finais

O(s) mundo(s) do trabalho neste início do século, exige (m) -nos que pontuemos a necessária e imprescindível busca por uma alternativa oposta a que está colocada, dados os expedientes regressivos que tem se expressado na fragmentação do trabalho , tornando

urgente a busca por um modo de intercâmbio social diferente, o que por si só é diferente de outras mediações que tem se construído, mais preocupadas em reformar o que é irreformável do que propriamente alterar o estado de coisas em voga.

Ao assumirmos a importância da construção de uma Geografia do Trabalho, temos em mente que a mesma não se dará por meio das condições que nos são dadas, ou seja, através do processo socio-reprodutivo do capital e sim pela via da emancipação humana, através de uma mudança radical que rompa inclusive com o Estado tal como está, em que vigora a democracia representativa, ao invés do que Mézáros (2014) postula enquanto “democracia substantiva”, nos colocando diante das incertezas que marcam o ambiente político no Brasil e no mundo, sendo por isso mais que necessário darmos respostas e sinalizações ao que estamos apreendendo através da leitura geográfica e territorial do trabalho.

Ao passo que pensar o Estado no tempo histórico em que vivemos, impõe-nos perceber que esta é a “perigosa montanha confrontando a humanidade” e que deve ser conquistada de qualquer forma. Dessa forma, entendemos que este é um dos grandes desafios que se põem não só para o trabalho, como para a própria humanidade, dados os obstáculos que se colocam diariamente para que não tenhamos êxito nesta conquista e que se exemplificam no fracasso da democracia tal como está em oferecer significados e possibilidades de empreendermos sua própria superação histórica e objetiva.

Assim, é preciso que captemos através das mediações realizadas encimadas no trabalho, as reais possibilidades de construirmos uma leitura geográfica e territorial do trabalho, principalmente nestes tempos de transição pela qual passa a sociedade em contraposição a “nebulosa transubstanciação especulativa das ordens materiais estruturalmente reforçadas do capital”, sendo vital o estabelecimento de mediações que não as antagônicas do capital, permitindo assim assumirmos o controle do processo sociometabólico, caminhando para uma “nova forma histórica” (MÉSZÁROS, 2009, p.283).

Então, mais que simplesmente tatearmos a construção de uma leitura geográfica e territorial do trabalho que seja capaz de oferecer respostas aos desdobramentos de grande monta que marcam nosso tempo histórico, é a necessidade de ao realizarmos tal exercício podermos fazer a autocrítica em respeito às possibilidades de construção de uma sociedade para além do capital. Tal tarefa pode parecer utópica, mas acreditamos que ela seja de vital importância, tendo em vista justamente a configuração que assola (assombra) o nosso país. É preciso que continuemos a crer que nem tudo está perdido!

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000, 365p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez:UNICAMP, 2000, 155p.

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

BENTO, Fredi dos Santos. **Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**. 2015. 248f. Monografia (Bacharelado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Geografia, migrações e trabalho**: Migrações do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) no início do século XXI. 1.ed. Düsseldorf: Novas Edições Acadêmicas, 2017, 288p. ISBN: 978-6202406192.

BIHR, Alain. **Da grande noite a grande alternativa**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 1998, 127p.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1988, 163p.

DOS SANTOS BENTO, Fredi; JUNIOR, Antonio Thomaz. A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO ENCIMADA NAS MIGRAÇÕES SAZONAIS PARA OS CANAVIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, n. 1, 2015.

DOS SANTOS BENTO, Fredi. Migração de trabalhadores jornaleros agrícolas para o capital nos Estados de Oaxaca, Chiapas e Guerrero (México). **Geografia em Atos (Online)**, v. 2, n. 7, p. 94-113, 2018.

HESPANHOL, Ivanildo. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. São Paulo, **Estudos Avançados**, n.63, vol.22, p.131-158, 2008.

LÉFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, 301p.

LOURENÇO, Edvânia Angela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 402p.

_____. Degradação do trabalho e agravos à saúde dos trabalhadores no setor agroindustrial canavieiro. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol.13, n.2,p.20-45, dez. 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Por uma ontologia do ser social I**. 1.e.d. São Paulo: Boitempo, 2012, 434p.

MARX, Karl. Trabalho estranhado (extrato). **Revista Ideias**, Campinas, ano 9 (2), vol.10, n.1, p.455-472, 2003.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS, Salvador, 2007. **Anais...**, Salvador, 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida de Menezes; SILVA, Marcelo Saturnino; COVER, Maciel. Os impactos da mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Revista Ideias**, Campinas, nova série, n.2, p.60-87, 1º semestre, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002, 1102p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. 1.ed.São Paulo: Boitempo, 2007, 400p.

_____. **Estrutura social e formas de consciência-** a determinação social do método. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2009, 309p.

_____. **A montanha que devemos conquistar**.1.ed.São Paulo: Boitempo, 2014, 184p.

PIGNATI, Wanderlei. O processo saúde-trabalho-doença, os sindicatos e os desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento Tomo II**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, 706p.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001, 174p.

_____. **Trabalho e dialética**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011, 171p.

RIGOTTO, Raquel. Saúde ambiental e saúde dos trabalhadores: uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol.6, n.4, p.388-403, 2003.

RIGOTTO, Raquel et.al.Saúde do trabalhador e questão ambiental. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

SCZIP, Rossano Rafaelle.Sindicato de Estado no Brasil e os limites da ordem. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). **O avesso do trabalho III**. 1.ed.São Paulo: Outras Expressões, 2013, 494p.

TORRES, A.T.G.**A luta de classes pela água**.2007.179f.Dissertação(Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

THOMAZ JUNIOR. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, vol.24, n.1, p.31-42, maio de 1998.

_____.a. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, 388p.

_____.b. Por uma geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol.6, n.119, [s/n], agosto de 2002.

_____. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil! In: THOMAZ JÚNIOR, et al. (orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**, vol.2, p.135-170. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

_____. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema!** Legitimação das terras devolutas/ improdutivas e neutralização dos movimentos sociais. Presidente Prudente, 2007, (mimeografado).

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e limites teóricos). 2009. 997f. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Uberlândia, **Revista Campo-território**, vol.5, n.10, p. 92-122, agosto de 2010.

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, número especial, p.307-329, outubro de 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A (des) ordem societária e territorial do trabalho. **Revista Pegada**, vol.13, n.1, junho de 2012.

Submetido em: dezembro de 2018

Aceito em: fevereiro de 2019